

EXPRESSO

ADUR

25

Boletim da Associação dos Docentes da UFRRJ – Ano IV – nº 25 – 07/07/2004 – www.adur-rj.org.br

ANDES COBRA DO MEC REPOSIÇÃO DE VAGAS DOCENTES NAS IFES E REAJUSTE SALARIAL TAMBÉM PARA SUBSTITUTOS / GOVERNO DIZ QUE TABELAS SÃO APENAS SIMULAÇÕES / SETOR FAZ AVALIAÇÃO E INDICA GREVE PARA 27 DE JULHO

VEJA AQUI O RELATÓRIO DA REUNIÃO DA MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE, OCORRIDO EM 29 DE JUNHO DE 2004, BRASÍLIA – DF

Presentes: MEC: (Silvio Petrus, Gleison Rubim, Sandra Calheiros, Maria do Socorro), MPOG (Ana Santa Cruz), ANDES-SN (Marina Barbosa e Milena Martinez), Condsef (José Milton, Rosário e Marta e Sinasef (Durval, Carlão, Paulo e Evaldo)

O subsecretário Silvio Petrus abriu a reunião reafirmando que a Mesa Setorial não trata de reajuste salarial, o que vem sendo encaminhado pela Mesa Central com o MPOG, cujos trabalhos vêm sendo acompanhados pela Secretaria. Solicitou que as entidades apresentassem suas questões centrais.

O ANDES-SN recuperou o processo de interlocução com o MPOG, destacando a protelação das conversas e solicitou que o MEC, se efetivamente tem acordo com as demandas apresentadas pelos docentes, interfira neste processo. Ressaltou que é necessário responder à questão do reajuste dos substitutos, já que o MPOG afirmou que a verba para este fim deve sair do orçamento do MEC. Além disso, cobrou a questão dos concursos públicos, pois, até o momento, não foi assegurada pelo governo a resolução da defasagem de pessoal das IFES. A presidente Marina Barbosa lembrou que um dos temas importantes do desfecho da greve dos docentes em 2001 foi o compromisso do governo de realizar concurso para preenchimento de 4 mil vagas e que até agora esse compromisso não se efetivou. Ela fez questão de enfatizar que “há um estrangulamento, que pode ser visível e mais claro em determinadas universidades, mas esse processo se estabelece no conjunto das IFES e dos centros tecnológicos”.

O subsecretário de Assuntos Administrativos do MEC, Silvio Petrus, afirmou que foi criada uma comissão geral formada por representantes da Secretaria de Gestão do MPOG, da Secretaria Executiva do MEC, da SENTECA e da SESU para estudar uma política emergencial de reposição de docentes, que inclui a realização, ainda neste ano, de concurso público e posse depois das eleições, em 2005. “O

segundo caminho é um sistema de reposição anual, tendo, como pressuposto, a não criação de passivos. Não temos número, pois ainda estamos em fase de estudo”, afirmou o subsecretário. Ele adiantou que o MEC pretende definir os critérios da fase emergencial até o final do mês de julho e garantiu à presidente do ANDES-SN que a contratação será pelo Regime Jurídico Único (RJU).

A Condsef apresentou a questão dos docentes dos ex-territórios que estão excluídos da proposta de reajuste, por não terem até o momento recebido GED. Além disso, apresentou a situação dos trabalhadores lotados no Ministério que não estão incluídos nas propostas em discussão.

O Sinasef apresentou a questão dos substitutos que não têm previsão de reajuste, indagou sobre o PL da gratificação dos técnicos-administrativos e sobre a titularidade, tema importante para o ajuste de carreira

Os dirigentes sindicais ressaltaram que um contingente expressivo de servidores foi excluído da previsão de reajuste salarial. Deste contingente fazem parte os docentes substitutos, 3.560 docentes dos ex-territórios e 2.422 sem-GID, que nem mesmo o subsecretário Silvio Petrus soube identificar e fez a mesma pergunta dos sindicalistas: “por que eles não têm direito à GID?”.

O representante da SENTECA, Gilson, esclareceu que o limite do governo era o debate sobre o caráter da gratificação, o fim do produtivismo como critério. Afirmou que o debate vem tomando outros rumos e, portanto, a gestão da dotação orçamentária e segmentos contemplados deve aguardar a definição final sobre as gratificações, a partir dos acordos na Mesa Central.

A presidente do ANDES-SN lembrou que a discussão central envolve justamente a questão de dotação orçamentária para depois se discutir a forma, que envolve debate e a defesa sobre a isonomia e paridade.

O subsecretário se comprometeu a levar à Mesa Central a questão apresentada e enfatizou: “não adianta discutir questão de orçamento nesta mesa. O que podemos fazer é encaminhar para a Mesa Central que foi detectado problema sério nessas faixas para que sejam equacionados esses problemas”.

Em relação ao reajuste dos substitutos, pautado pelos dirigentes do ANDES-SN e do Sinasefe, o subsecretário afirmou que também é a favor do reajuste para esses docentes, mas ressaltou que o governo ainda precisa definir de onde sairão os recursos para o pagamento desse contingente.

GOVERNO AFIRMA QUE TABELAS “NÃO SÃO PROPOSTAS, SÃO APENAS SIMULAÇÕES”

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO ANDES-SN COM O MPOG, de 1º de julho de 2004

Presentes: MPOG: Sérgio Mendonça - Secretário de Recursos Humanos e Vladimir Nepomuceno – Diretor de Programas; MEC: Ronald Pinto, ANDES-SN: Marina Barbosa Pinto, Márcio Antônio de Oliveira e José Estevão Machado (representante do GT-Verbas); e SINASEFE: Durval e Evaldo (como observadores).

A reunião foi iniciada com a fala da professora Marina, que expôs o protesto do Sindicato quanto ao não-agendamento da reunião do dia 29/6, confirmada pela secretaria do Ministério, por telefone; relatou os transtornos causados à base do ANDES-SN (vide Carta nº 176). Em seguida, protestou contra a nota divulgada na página do MPOG em 30/6/04, na qual se afirma que o ANDES-SN não havia apresentado proposta, e citou a Carta nº 147, que encaminhou a proposta do Setor das IFES ao Ministério.

Na seqüência, a presidente solicitou que o governo se pronuncie sobre as simulações entregues no dia 21/6, explicitando que foram objeto de estudo do Grupo de Trabalho sobre Verbas e esclareça se constituem proposta governamental.

O sr. Sérgio Mendonça respondeu que não são propostas, são apenas simulações que procuravam responder a demandas do Movimento.

Afirmou que a questão da GID encontrava-se em fase de negociação mais avançada com o SINASEFE e que considera que a GID é mais representada pelo SINASEFE, mas que esta definição era do Movimento e que o governo respeitaria a decisão deste sobre a forma de negociação, se separada ou conjunta entre as entidades representativas dos docentes de instituições federais.

A presidente questionou se o governo assume a negociação da Carreira de 1º e 2º graus com o SINASEFE e 3º grau com o ANDES-SN. O secretário voltou a afirmar que assume a decisão que o Movimento considerar melhor, e, sobre este tema, o sr. Vladimir solicitou a definição clara do Movimento.

O sr. Sérgio Mendonça enfatizou que o governo concorda com a extinção das gratificações produtivistas.

O secretário informou ainda que na “proposta de abril” não foi considerada a nova legislação determinada pela EC 41 que redefine o percentual de contribuição da

O representante da Condsef cobrou reposta imediata em relação à situação dos docentes dos ex-territórios e avaliou que estes têm um passivo gerado por problemas legais na implantação da GID. O subsecretário se comprometeu a agendar uma reunião no Ministério do Planejamento, ainda esta semana, para tratar do assunto.

Quanto às informações solicitadas pelo Sinasefe em relação à titularidade, o subsecretário lembrou que o MEC já se manifestou claramente a favor da titularidade e afirmou que serão encaminhados oficialmente para o Ministério do Planejamento os dados gerais.

A próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente será realizada dia 20 de julho, às 14h30.”

União (empregador) sobre os ativos, alterando-o de 11% para 22%. Foi esclarecido que, por decisão governamental, o Tesouro arcará com este ônus (total de 14 milhões de reais).

O ANDES-SN perguntou qual é o real montante e o contingente de professores incluído nas simulações, momento em que cobrou a não-resposta à Carta nº 158/04. O secretário esclarece que o montante disponível é de 231 milhões de reais, destinado ao reajuste para os docentes do magistério do ensino superior.

A partir daí, o Sindicato questionou a metodologia utilizada para as simulações apresentando as inconsistências detectadas pelo estudo do GT-Verbas.

O secretário esclareceu que a definição dos montantes para cada categoria foi feita a partir de estudo do impacto sobre o orçamento (2.800 bilhões de reais) gerado pelo aumento a cerca de 905 mil servidores públicos no ano de 2004, que foi dividido considerando maior valor para quem ganha menos, cabendo aos docentes do ensino superior 231 milhões justificados, segundo o secretário, pelo fato de que, dentre os servidores, este segmento se inclui entre os que “ganham mais”.

Pelo mesmo procedimento chegaram aos 96 milhões para o reajuste dos docentes de 1º e 2º graus (SINASEFE).

O ANDES-SN questionou a desproporcionalidade evidenciada nestas divisões, ao que o secretário argumentou que a desproporcionalidade é histórica.

O secretário geral do ANDES-SN afirmou que a estratégia política de negociar separadamente o reajuste dos docentes de 1º e 2º graus e 3º grau pode gerar uma reversão dos avanços referentes à isonomia salarial ocorridos na greve de 2001.

O sr. Vladimir insistiu que assegurar a paridade entre ativos e aposentados implicará reajustes bem menores

do que a proposta original do governo e alguns poderão ficar com reajuste abaixo da inflação.

A presidente perguntou sobre o calendário de incorporação de gratificação, lembrando que este é um item da pauta em discussão. O representante do MEC afirmou que o governo tem como princípio a incorporação, mas que não há possibilidade de definição de um calendário que viabilize as incorporações já.

Na seqüência, o sr. Vladimir reforçou essa idéia e afirmou que o intuito do ministério é construir uma política salarial para os servidores públicos, e que este tema será tratado na Mesa Central e na Temática. O sr. Sérgio disse: “temos o mesmo conceito mas o operacional depende de recursos e de definição política”.

Ao ser indagado sobre o prazo final para fechamento do acordo na perspectiva do governo, o secretário disse que deseja que seja o mais rápido possível.

Informou que há uma questão legal decisiva que atinge todos os acordos: a votação do PL orçamentário no Congresso Nacional. Este PL refere-se à aprovação do montante destinado ao reajuste dos servidores federais. Com a sua aprovação, o pagamento dos reajustes dos diferentes segmentos poderá ser autorizado via MP, com o compromisso de retroatividade a 1º de maio.

O secretário comprometeu-se a entregar ao Sindicato, no dia 2/7, simulações pautadas nos 231 milhões para pagamento da GED, assegurando a paridade entre ativos e aposentados, acompanhadas de explicações metodológicas.

Foi acertada nova reunião para o dia 7 ou 8 de julho, a confirmar.

A reunião marcada para as 15h, teve início às 17h40 e foi encerrada às 19h10.

Diretoria do ANDES-SN

SETOR DAS IFES AVALIA ESTE MOMENTO E APROVA INDICATIVO DE GREVE

“Ao anunciar suas propostas de reajustes diferenciados para os servidores federais, no mês de abril, o Ministro Guido Mantega, do MPOG, argumentou que o grande resultado da arrecadação de impostos no mês de março permitia ao governo conceder reajustes nos proventos dos servidores superiores à inflação de 2003 (9,3% pelo IPCA). Reivindicavam as entidades sindicais nacionais, através da CNESF, entre outros, reajuste linear para **todos** os servidores, fim das gratificações produtivistas e paridade entre ativos e aposentados. A pauta da campanha salarial deveria ser tratada na Mesa Nacional de Negociação Permanente, MNNP, com o conjunto das entidades que compõem a CNESF.

O ANDES-SN esteve presente nas poucas reuniões agendadas, disposto a negociar. O MPOG suspendeu as reuniões da MNNP, não oficializou suas propostas, não registrou atas de reuniões, não respondeu a nenhum item da pauta e apresentou propostas diferenciadas para cada segmento dos SPF, como a anunciada em abril para os docentes, sendo que cerca de 20% dos servidores federais ficaram excluídos de qualquer proposta, isto é, terão reajuste zero. Fixou, ainda, o prazo de até 21 de maio, para cada entidade firmar acordos em separado, sem que tivesse havido qualquer negociação. Ameaçou que, para aqueles que não assinassem acordo, a proposta seria retirada. Diversas entidades firmaram os acordos, o que não foi o caso do ANDES-SN que, seguindo as deliberações das assembleias das seções sindicais, rejeitou a proposta do governo, a qual se limitava apenas a reajustar a GED e a GID, ampliando as já existentes distorções de paridade e isonomia, e continuou insistindo para que se realizassem negociações. A disposição em negociar manifestou-se na construção de uma proposta pelo setor das IFES, também seguindo as decisões das assembleias. Esta proposta tem nos valores anunciados em abril pelo MPOG de reajustes na GED e na GID, o parâmetro mínimo para a criação de uma gratificação fixa em lugar da GED e da GID. A nova gratificação deveria, ainda, ser estendida integralmente aos aposentados para garantir o princípio da paridade, ser isonômica para as duas carreiras hoje existentes (1º e 2º

graus e 3º grau) e, nenhum reajuste poderia ser inferior aos 9,3% anunciados pelo governo. Propôs-se, ainda, a definição de calendário para a incorporação de todas as gratificações.

A proposta foi encaminhada ao MPOG e o 48º CONAD (17 a 20 de junho) fixou a data de 25 de junho para uma resposta do governo. Mais uma vez, ao invés de responder às reivindicações, o governo passou a divulgar que estava no aguardo da apresentação de proposta por parte do ANDES-SN, conforme divulgou a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG na *home page* do ministério. Ao mesmo tempo, aquela secretaria repassou ao ANDES-SN e ao SINASEFE duas simulações de tabelas contemplando a extinção da GED e da GID e a criação de gratificação fixa extensiva integralmente aos aposentados. Em 02 de julho, outras simulações de tabelas foram repassadas aos sindicatos.

A partir dos estudos feitos pelo GT Verbas do ANDES-SN, ficou evidenciado que o governo reduziu substancialmente os montantes financeiros para o reajuste aos docentes. O impacto financeiro da proposta anunciada em abril é de 419.361.686 milhões, enquanto que, nas últimas simulações de tabelas, o impacto financeiro é de 328.058.473 milhões. A proposta do ANDES-SN, nos seus valores mínimos, representa um impacto de 624.785.545 milhões. (Cf. GT Verbas).

Isto é, o governo não assegura recursos sequer para aquilo que ele afirma ser a sua proposta. Mas, expressa disposição em promover a paridade com recursos, a cada dia, mais reduzidos.

Portanto, sua proposta anunciada em abril era falsa, como também se mostraram falsas as propostas que foram acordadas com diferentes entidades. Ele não cumpre nenhum dos acordos firmados e é isso que levou os servidores técnico-administrativos das IFES a deflagrarem greve. A reunião do Setor das IFES manifestou solidariedade à greve dos nossos companheiros de trabalho, o que deve ser materializado também pelas seções sindicais.

Soma-se na configuração deste quadro de incertezas o fato de que o Projeto de Lei que disponibiliza recursos

orçamentários para o reajuste dos servidores está com sua tramitação paralisada no Congresso, devido às disputas em relação a LDO, e a tendência é que sua aprovação fique para agosto ou setembro, uma vez que ele não está nas prioridades do governo e das demais forças parlamentares conservadoras. O reajuste previsto para 1º de maio pode só ocorrer em outubro.

Enquanto o governo rebaixa os valores destinados aos reajustes dos servidores e adia suas implementações, a arrecadação de impostos continua subindo e batendo recordes. O epicentro de todo este processo é a meta de superávit primário. O mesmo ocorre na definição do valor do salário mínimo. Em outras palavras, o governo “faz caixa” com a contenção dos valores que deveriam ser empregados no pagamento de reajuste dos servidores e na aposentadoria dos trabalhadores pelo INSS. Acena com valores num dia, para rebaixá-los no outro. Firma compromissos e não os cumpre. Cria expectativas e as

frustra em seguida. Constrói um mundo imaginário utilizando-se todos os meios de comunicação, como se a realidade pudesse ser moldada pelas imagens midiáticas. De concreto, até o momento, não há nada que assegure aos professores algum reajuste salarial, sequer os 9,3%.

Ao rebaixar os recursos para o reajuste, o governo busca transferir aos professores, via o sindicato, a responsabilidade pela divisão do bolo. Adotou esta tática para o conjunto dos servidores. Ela foi construída com a participação de quadros sindicais experientes que ocupam cargos no governo. Este é o balanço que hoje fazem as entidades na CNESF.

Restabelecer a MNNP, desarticulada pelo governo, constitui-se em tarefa urgente para unir forças necessárias para exigir do governo o cumprimento dos acordos já firmados, a agilização da liberação de recursos em volume suficiente, que, no caso dos professores, deve ser da ordem de 624.785.545 milhões.

AGORA É GREVE!

Diante da situação em que nos encontramos, não há outra alternativa à luta. Mobilizamo-nos, ou nos curvamos ao desrespeitoso tratamento que o governo concede aos docentes do ensino superior público e amargaremos o aviltamento progressivo de nossos salários, a não contratação de professores e a desagregação da universidade pública, que são as condições demandadas pelo governo para implantar sua proposta de reforma universitária.

Não gostaríamos de, mais uma vez, recorrermos à greve. No entanto, ela nos é imposta pelo governo.

Por isso, o setor das IFES está indicando para apreciação das assembleias a deflagração da greve em 27 de julho.”

ENCAMINHAMENTOS

Com relação à **Proposta salarial do Setor das IFES**, foi aprovada a Manutenção da proposta salarial do setor sem prejuízos de modificações (Votação: Favoráveis – 30 votos, Contrários – 3 e Abstenção – 1).

Foram, ainda, apresentadas as seguintes propostas, que foram consideradas superadas pelas votações anteriores.

ADUFRJ: Aceitar a proposta do governo anunciada em abril.

ADUFSCAR, ADUFG, ADUFRGS:

1. Aceitação, em caráter emergencial, da “Proposta de abril”.
2. Exigência de que o governo:
 - a) proponha cronograma para incorporação das gratificações;
 - b) equalize as gratificações entre ativos e aposentados a partir de janeiro de 2005.

APUBH: Aprovar além da proposta do setor, planos alternativos.

Plano A.1. Transformação apenas da GED em gratificação não produtivista e não mais da GED e GID e retirando a expressão “isonomia entre os docentes do magistério superior e os de primeiro e segundo graus”.

ADUFPI: Aprovação dos valores de recomposição salarial presentes na simulação de tabela, chamada juntada, desde que essa simulação se torne a proposta oficial do governo e venha acompanhada de um calendário para incorporação das gratificações : GED e GID e nova gratificação.

Com relação ao **INDICATIVO DE GREVE**, foi aprovada a **Manutenção do Indicativo de Greve** (Favoráveis: 25 votos, Contrários: 3 votos e Abstenções: 4 votos). Com respeito à **data deste indicativo**, venceu a **Proposta de 27 de julho** (Votação: Favoráveis – 12 votos, Contrários – 0 e Abstenções – 19 votos).

Foi aprovada ainda a exigência para que o MPOG envie os seguintes documentos: Ata da reunião do dia 9 de junho, Carta de entendimento construída em 9 de junho, Atas das últimas reuniões do ANDES-SN com o MPOG e que todas as reuniões sejam registradas em atas. (Aprovado por unanimidade), bem como intensificar o trabalho junto aos parlamentares para ampliar os recursos que o governo alega ter disponível para o reajuste. Para isso, os diretores de plantão, junto com a CNM e parlamentares da frente em defesa da universidade pública, devem procurar, prioritariamente, as lideranças de todos os partidos (Aprovada com 1 abstenção). Se decidiu também organizar para a 1ª quinzena de julho, ampla denúncia da forma como o governo vem tratando as negociações com os SPFs no geral, e com o ANDES-SN em especial, contendo um histórico de todo processo e um chamado à mobilização. As matérias deverão ser reproduzidas articuladamente pelas Seções Sindicais e enviadas a todos os jornais e rádios locais e nacionais (Aprovado por unanimidade).